

Leilão emergencial de energia contrata 17 usinas

Leilão foi realizado pelo governo na manhã de ontem para aliviar o sistema elétrico em meio à crise hídrica

Por Gabriela Ruddy e Letícia Fucuchima — Do Rio e de São Paulo

26/10/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Mais energia

Leilão contratou 17 projetos para reforçar sistema elétrico até 2025

■ Números gerais

Potência contratada
1,22 GW

Lotes de energia
775,8 MW médios

Garantia física
778,2 MW médios

Preço médio
R\$ 1.563,61/MWh

Deságio médio
1,20%

Receita fixa total
R\$ 11,71 bilhões/ano

Investimento total
R\$ 5,26 bilhões

■ Renováveis

Foram contratadas 3 usinas, duas solares e uma térmica a biomassa

Potência total: 43,0 MW

Investimento total: R\$ 226,01 milhões

■ Termelétricas

Foram contratadas 14 usinas, todas movidas a gás natural

Potência total: 1.177,79 MW

Investimento total: R\$ 5,034 bilhões

Fonte: CCEE

O leilão realizado pelo governo na manhã de ontem, para a contratação emergencial de usinas que forneçam energia rapidamente para aliviar o sistema elétrico em meio à crise hídrica, terminou com a negociação de contratos para 17 projetos em oito Estados. Foram contratados 775,8 megawatts (MW) médios e 1,22 gigawatts (GW) de potência. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estima que o resultado vai gerar economia de R\$ 474 milhões aos consumidores.

Ao todo, o certame contratou 14 usinas térmicas a gás natural, uma térmica a biomassa e duas usinas solares, com deságio médio de 1,2%. A expectativa é que os empreendimentos movimentem R\$ 5,26 bilhões em investimentos.

As térmicas a gás natural tiveram preço de venda médio de R\$ 1.599,57 por megawatt-hora (MWh), enquanto os projetos solares e a biomassa foram contratados ao preço de R\$ 343,22 por MWh na média. O suprimento vai ocorrer entre maio de 2022 e dezembro de 2025, de modo a auxiliar a recuperação dos reservatórios das hidrelétricas, afetadas pela pior seca em 91 anos.

Toda a demanda do governo para o leilão foi atendida. Com isso, não devem ocorrer novos certames emergenciais nesse modelo. “O resultado atende às premissas que adotamos para os próximos anos”, disse o diretor do departamento de planejamento energético do Ministério de Minas e Energia, Thiago Prado.

A maior vencedora do leilão foi a Evolution Power Partners (EPP), que negociou 43% da energia contratada. A companhia estima que vai investir R\$ 1,2 bilhão na construção dos empreendimentos. De acordo com o diretor de estratégia da EPP, Rafael Rangel, a abertura do mercado de gás e a atualização das regulações do setor foram fundamentais para viabilizar os projetos. “Discutimos com fornecedores que conseguissem entregar gás natural liquefeito (GNL) importado, assim como produção nacional de gás. É uma janela de oportunidade boa para negociar com as transportadoras de gás, agora temos a liberdade de conseguir tomar o gás em diferentes pontos de suprimento”, explicou.

O presidente da consultoria Thymos Energia, João Carlos Mello, destaca a forte contratação, no leilão, de usinas a gás natural, tecnologia que ele considera a mais atrativa do ponto de vista de firmeza no suprimento de energia, mas também a mais difícil de se implementar em termos logísticos. “Os empreendedores foram bem criativos, viabilizaram soluções diferentes, como termelétricas em barcaças. Já tivemos esse tipo de térmicas no passado, mas com o gás natural, é a primeira vez.”

O leilão ajudará a reduzir o sobrecusto que o país tem tido com a reativação recente de termelétricas que estavam sem operar, como William Arjona (MS) e Uruguaiana (RS), afirma o presidente da consultoria Volt Robotics, Donato da Silva. “O preço dos projetos [no leilão] ficou abaixo do que estamos pagando agora com essas térmicas que voltaram a operar por R\$ 2 mil por MWh. Mas mesmo assim, o certame resultou em uma receita fixa anual de R\$ 11 bilhões.”

Como esperado, as fontes renováveis tiveram participação pequena no leilão. Requisitos como o prazo curto para entrada em operação e a necessidade de as usinas estarem localizadas nos submercados Sudeste/Centro-Oeste e Sul dificultaram uma maior inscrição desses projetos. O presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, aponta que a dificuldade se estendeu a todas as fontes. “Teve que haver uma verdadeira conjunção dos astros para que os empreendimentos conseguissem participar do leilão.”

Para a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), a energia solar teve resultado “irrisório” no certame, apesar de sua competitividade. Na visão do presidente da entidade, Rodrigo Sauer, é preciso ampliar a contratação de renováveis em leilões do mercado regulado e, para tanto, deveria haver uma revisão da garantia física de projetos existentes.